



ALPARGATAS

ALPARGATAS S.A.

Companhia Aberta  
CNPJ/MF nº 61.079.117/0001-05 - NIRE 35 3000 25 270  
www.alpargatas.com.br

ALPA  
B3 LISTED N1



BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO CIRCULANTE	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022			31/12/2023	31/12/2022		
<b>CIRCULANTE</b>											
Caixa e equivalentes de caixa	5	798.851	597.442	922.525	647.517	Fornecedores	16	343.728	628.131	395.067	699.924
Contas a receber de clientes	6	1.047.514	1.151.624	883.735	1.111.694	Risco sacado	17	159.889	217.344	159.889	217.344
Estoques	7	738.956	1.134.538	997.680	1.381.573	Empréstimos e financiamentos	18	23.402	165.534	127.437	256.176
Tributos a recuperar	8	191.637	327.578	227.725	356.175	Passivo de arrendamento	15	21.765	15.621	34.859	30.247
Despesas antecipadas		25.964	30.236	39.515	44.283	Obrigações fiscais	19	31.453	30.847	35.642	43.568
Contas a Receber de Venda de Controlada	11	48.527	130.751	48.527	130.751	Plano de incentivo de longo prazo	24.2	2.497	4.897	3.032	5.284
Outros créditos		75.242	94.955	79.888	101.392	Provisões e outras obrigações	20	101.661	98.671	147.357	137.727
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>2.926.691</b>	<b>3.467.124</b>	<b>3.199.595</b>	<b>3.773.385</b>	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	21	62.511	81.871	73.901	95.409
						Provisão para contingências tributárias, cíveis e trabalhistas	23	5.738	6.611	5.738	6.611
						Juros sobre o capital próprio e dividendos a pagar	25.3	2.185	2.472	2.185	2.472
						<b>Total do passivo circulante</b>		<b>754.829</b>	<b>1.251.999</b>	<b>985.107</b>	<b>1.494.762</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>						<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Aplicações financeiras	5	11.898	15.449	11.898	15.449	Empréstimos e financiamentos	18	1.358.168	1.019.075	1.358.168	1.019.075
Contas a receber pela venda de controlada	11	-	218.572	-	218.572	Passivo de arrendamento	15	121.503	76.549	150.126	121.480
Tributos a recuperar	8	97.561	92.339	97.561	92.339	Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.1	-	-	206	522
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.1	241.936	43.199	259.202	53.249	Provisão para contingências tributárias, cíveis e trabalhistas	23	5.209	7.656	5.209	7.656
Depósitos judiciais	10	31.336	31.556	31.336	31.556	Plano de incentivo de longo prazo	24.2	4.764	2.156	6.546	5.293
Partes relacionadas	22.1	-	635	-	-	Contas a pagar pela aquisição de controlada	12.2	78.879	74.321	78.879	74.321
Outros créditos		11.319	9.343	16.803	16.727	Outras obrigações		29.888	107.460	15.681	16.813
Investimentos:						<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>1.598.411</b>	<b>1.287.217</b>	<b>1.614.815</b>	<b>1.245.160</b>
Empresas controladas e coligadas	12	867.039	2.723.951	627.905	2.283.320	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Outros		-	145	-	202	Capital social	25.1	3.967.128	3.967.128	3.967.128	3.967.128
Imobilizado	13	1.388.296	1.247.448	1.412.194	1.280.032	Reservas de capital		153.466	165.503	153.466	165.503
Ativo de direito de uso	15	132.865	87.968	173.190	147.205	Reserva de lucros		1.806.113	1.806.113	1.806.113	1.806.113
Intangível	14	371.082	359.590	497.705	587.644	Prejuízos acumulados		(1.866.356)	-	(1.866.356)	-
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>3.153.332</b>	<b>4.830.195</b>	<b>3.127.794</b>	<b>4.726.295</b>	Ajuste de avaliação patrimonial		(333.568)	(180.641)	(333.568)	(180.641)
						<b>Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores</b>		<b>3.726.783</b>	<b>5.758.103</b>	<b>3.726.783</b>	<b>5.758.103</b>
						Participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas		-	-	684	1.655
						<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>3.726.783</b>	<b>5.758.103</b>	<b>3.727.467</b>	<b>5.759.758</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>6.080.023</b>	<b>8.297.319</b>	<b>6.327.389</b>	<b>8.499.680</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>6.080.023</b>	<b>8.297.319</b>	<b>6.327.389</b>	<b>8.499.680</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 (Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)

OPERAÇÕES CONTINUADAS	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	26	3.088.870	3.483.006	3.734.146	4.181.866
Custo dos produtos vendidos	27	(2.046.738)	(2.155.421)	(2.237.931)	(2.254.163)
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>1.042.132</b>	<b>1.327.585</b>	<b>1.496.215</b>	<b>1.927.703</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>					
Despesas com vendas	27	(668.974)	(657.409)	(1.218.873)	(1.194.657)
Despesas gerais e administrativas	27	(231.857)	(189.619)	(232.315)	(190.386)
Resultado de equivalência patrimonial	12	(539.634)	(196.720)	(422.012)	(185.873)
Outras despesas líquidas	28	(1.580.384)	(140.277)	(1.612.901)	(155.683)
		<b>(3.020.849)</b>	<b>(1.184.025)</b>	<b>(3.485.201)</b>	<b>(1.726.599)</b>
<b>(PREJUÍZO)LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>		<b>(1.978.717)</b>	<b>143.560</b>	<b>(1.988.986)</b>	<b>201.104</b>
Receitas financeiras	29	94.097	112.005	98.082	112.548
Despesas financeiras	29	(177.573)	(83.459)	(187.550)	(90.926)
Perdas em operações com derivativos	29	-	(192.996)	-	(192.996)
Variação cambial líquida		(17.259)	246.789	(6.413)	241.220
<b>(PREJUÍZO)LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>(2.079.452)</b>	<b>225.899</b>	<b>(2.084.867)</b>	<b>270.950</b>
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	9.2	14.085	22.591	7.190	(17.507)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	9.2	198.747	(63.812)	210.193	(69.710)
<b>(PREJUÍZO)LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS</b>		<b>(1.866.620)</b>	<b>184.678</b>	<b>(1.867.484)</b>	<b>183.733</b>
<b>(PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS</b>	11	-	(63.216)	-	(75.202)
<b>(PREJUÍZO)LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>(1.866.620)</b>	<b>121.462</b>	<b>(1.867.484)</b>	<b>108.531</b>
<b>(PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS</b>					
Acionistas controladores		-	(63.216)	-	(63.216)
Acionistas não controladores		-	-	-	(11.986)
<b>(PREJUÍZO)LUCRO DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL A</b>		<b>(1.866.620)</b>	<b>121.462</b>	<b>(1.866.620)</b>	<b>121.462</b>
Acionistas não controladores		-	-	(864)	(12.931)
<b>(PREJUÍZO)LUCRO POR AÇÃO - OPERAÇÕES CONTINUADAS</b>					
Básico por ação ON - R\$	32	(2,6254)	0,2603	(2,6254)	0,2603
Básico por ação PN - R\$	32	(2,9003)	0,2875	(2,9003)	0,2875
Diluído por ação ON - R\$	32	(2,5885)	0,2576	(2,5885)	0,2576
Diluído por ação PN - R\$	32	(2,8634)	0,2848	(2,8634)	0,2848
<b>(PREJUÍZO) POR AÇÃO - OPERAÇÕES DESCONTINUADAS</b>					
Básico por ação ON - R\$	32	-	(0,0891)	-	(0,0891)
Básico por ação PN - R\$	32	-	(0,0984)	-	(0,0984)
Diluído por ação ON - R\$	32	-	(0,0882)	-	(0,0882)
Diluído por ação PN - R\$	32	-	(0,0975)	-	(0,0975)
<b>(PREJUÍZO)LUCRO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO</b>					
Básico por ação ON - R\$	32	(2,6254)	0,1712	(2,6254)	0,1712
Básico por ação PN - R\$	32	(2,9003)	0,1891	(2,9003)	0,1891
Diluído por ação ON - R\$	32	(2,5885)	0,1694	(2,5885)	0,1694
Diluído por ação PN - R\$	32	(2,8634)	0,1873	(2,8634)	0,1873

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 (Em milhares de reais)

RECEITAS	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Vendas de produtos	3.503.153	3.997.873	4.155.346	4.717.559
Provisão para perda esperada (impairment) do contas a receber de clientes	(24.966)	(11.732)	(29.287)	(13.190)
Outras receitas	11.075	9.110	14.672	20.909
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>(3.326.008)</b>	<b>(1.755.029)</b>	<b>(3.873.910)</b>	<b>(2.206.528)</b>
Custo de mercadorias e produtos vendidos	(1.274.827)	(1.386.853)	(1.371.703)	(1.385.042)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(502.604)	(346.205)	(927.941)	(750.011)
Ganhos / (perdas) de valores ativos	(1.281.475)	(25.397)	(1.307.164)	(74.188)
Provisão para perda de contas a receber pela venda de controlada	(268.733)	-	(268.733)	-
Outros	1.631	3.426	1.631	2.713
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>177.145</b>	<b>2.242.844</b>	<b>281.436</b>	<b>2.511.031</b>
<b>RETENÇÕES</b>	<b>(168.794)</b>	<b>(123.151)</b>	<b>(211.250)</b>	<b>(163.509)</b>
Depreciação e amortização	(168.794)	(123.151)	(211.250)	(163.509)
<b>VALOR ADICIONADO PRODUZIDO PELA COMPANHIA</b>	<b>8.351</b>	<b>2.119.693</b>	<b>70.186</b>	<b>2.347.522</b>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>(444.302)</b>	<b>179.950</b>	<b>(319.734)</b>	<b>182.907</b>
Resultado de equivalência patrimonial	(539.634)	(196.720)	(422.012)	(185.873)
Receitas financeiras - Incluindo variações cambiais	93.192	434.965	100.138	439.061
Outros	2.140	4.921	2.140	4.921
Resultado de operações descontinuadas	-	(63.216)	-	(75.202)
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO</b>	<b>(435.951)</b>	<b>2.299.643</b>	<b>(249.548)</b>	<b>2.530.429</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>(435.951)</b>	<b>2.299.643</b>	<b>(249.548)</b>	<b>2.530.429</b>
<b>PESSOAL</b>	<b>726.571</b>	<b>853.169</b>	<b>874.684</b>	<b>994.615</b>
Remuneração direta	504.526	627.615	637.650	755.127
Benefícios	187.237	185.347	200.478	197.879
FGTS	34.808	40.207	36.556	41.609
<b>IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES</b>	<b>437.947</b>	<b>908.492</b>	<b>459.046</b>	<b>980.949</b>
Federais	217.656	570.594	641.345	235.011
Estaduais	218.422	336.261	221.234	336.399
Municipais	1.869	1.637	2.801	3.205
<b>REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS</b>	<b>266.151</b>	<b>416.520</b>	<b>284.206</b>	<b>446.334</b>
Juros	196.007	346.547	202.074	363.888
Aluguéis	36.354	26.124	49.211	39.066
Outras	33.790	43.849	32.921	43.380
<b>REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS</b>	<b>(1.866.620)</b>	<b>121.462</b>	<b>(1.867.484)</b>	<b>108.531</b>
(Prejuízo) / Lucros retidos	(1.866.620)	121.462	(1.866.620)	121.462
Participação Não Controladores nos Prejuízos	-	-	(864)	(12.931)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 (Em milhares de reais)

(PREJUÍZO) / LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado em exercícios subsequentes:				
Perdas na conversão de demonstrações financeiras de controladas e coligada do exterior	(154.063)	(252.769)	(154.170)	(253.239)
Ajuste do Plano Alpaprev	1.136	2.447	1.136	2.447
Baixa de outros resultados abrangentes pela venda de controlada	-	4.325	-	(54.650)
	<b>(152.927)</b>	<b>(245.997)</b>	<b>(153.034)</b>	<b>(305.442)</b>
<b>(PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS</b>	<b>-</b>	<b>(63.216)</b>	<b>-</b>	<b>(75.202)</b>
Ganhos na conversão de demonstrações financeiras de controladas do exterior - Descontinuada	-	3.701	-	6.166
	-	3.701	-	6.166
<b>TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	<b>(2.019.547)</b>	<b>(120.834)</b>	<b>(2.020.518)</b>	<b>(190.745)</b>
Total do resultado abrangente do exercício atribuível aos:				

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023** (Em milhares de reais)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

**1.1. Considerações gerais**

A Alpargatas S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em São Paulo, capital, na Av. das Nações Unidas, nº 14.261 9º, 10º e 11º andares e registrada na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão com os códigos de negociação "ALPA4" e "ALPA3". Suas atividades e de suas controladas (doravante coletivamente denominadas "Grupo Alpargatas" ou "Grupo") são a fabricação e comercialização de calçados e respectivos componentes; artigos de vestuário; artefatos têxteis e respectivos componentes e artigos de couro, de resina e de borracha natural ou artificial.

As controladas diretas e indiretas, por meio das quais a Companhia mantém operações no Brasil e no exterior, estão informadas na nota explicativa 3.

**1.2. Oferta restrita de ações**

Em 10 de fevereiro de 2022 foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia a oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias e de ações preferenciais, de emissão da Companhia, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476 ("Oferta Restrita"). Foram colocadas 37.500.000 ações ordinárias e 57.500.000 ações Preferenciais, ao preço de emissão por ação de R\$26,30, totalizando R\$2.498.500 (dois bilhões quatrocentos e noventa e oito milhões e quinhentos mil reais). Os gastos relacionados a essa emissão foram de R\$31.372 (trinta e um milhões, trezentos e setenta e dois mil).

As Ações emitidas no âmbito da Oferta Restrita passaram a ser negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") a partir de 24 de fevereiro de 2022, sendo que a liquidação física e financeira das Ações ocorreu em 25 de fevereiro de 2022.

**1.3. Incêndio na Fábrica de Santa Rita**

Em 21 de fevereiro de 2022 ocorreu um incêndio, sem vítimas, nas instalações da fábrica de Santa Rita no estado da Paraíba. Alguns itens foram danificados, como máquinas e equipamentos, construção civil e estoques. A Companhia possui uma apólice de seguro para cobertura do sinistro e por isso registrou um contas a receber junto à seguradora. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo desse recebível é de R\$17.443. Estão em fase final de apuração do sinistro para alinhamento de uma data de recebimento dos valores de acordo com a Seguradora e com os Resseguradores.

**1.4. Contas a receber ASIAIC**

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui o saldo contábil de R\$268.733 (corrigido até 28 de fevereiro de 2023) pela venda da subsidiária Alpargatas S.A.I.C. ("ASIAIC") ao Sr. Carlos Roberto Wizard Martins ("Comprador"), nos termos do Acordo de Compra e Venda e Outras Avenças celebrado pela Companhia e o Comprador em 14 de setembro de 2018, conforme aditado ("Acordo"). Nos termos do Acordo, este valor seria recebido em 3 parcelas anuais, iguais e consecutivas, corrigidas pelo CDI, sendo a primeira em março de 2023. Contudo, conforme divulgado em fato relevante datado de 7 de março de 2023, o Comprador não realizou o pagamento da primeira parcela do preço remanescente da aquisição da participação acionária da ASIAIC ("Preço Remanescente") em 6 de março de 2023 ("Inadimplemento"). No contexto das discussões envolvendo o Acordo, o Comprador instaurou dois procedimentos arbitrais junto ao Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), sendo o primeiro para discutir a não ocorrência do gatilho para o ajuste de preço da ASIAIC e o descumprimento de obrigações do Acordo, mais especificamente obrigações de prestar garantias pelo Comprador e de indenização pela Alpargatas, e o segundo para servir como embargos à Execução Judicial (em conjunto "Procedimentos Arbitrais"). Os Procedimentos Arbitrais se encontram em estágios iniciais e as partes ainda não celebraram os respectivos termos de arbitragem. No momento, os assessores legais contratados consideram que a Companhia possui boas chances de êxito em ambos os Procedimentos Arbitrais.

Em paralelo, a Alpargatas é autora em processo de execução judicial em face do Comprador ("Execução Judicial"), por meio do qual executa as parcelas do Preço Remanescente, tendo em vista o vencimento antecipado das obrigações do Acordo. A Execução Judicial encontra-se garantida por seguro garantia judicial, aceito pelo juízo em 28 de abril de 2023 e depende da resolução dos procedimentos arbitrais acima mencionados.

Não obstante a posição da Companhia e de seus assessores jurídicos quanto ao êxito nos processos, devido ao inadimplemento e à alteração dos riscos envolvendo a recuperabilidade do crédito, a Companhia considerou adequado provisionar integralmente os valores em questão e efetuou a provisão no primeiro trimestre de 2023.

Para realizar essa avaliação de risco de crédito, a Companhia levou em consideração o histórico do contrato assinado com a Companhia, as incertezas envolvendo o prazo de recebimento dos valores previstos no Acordo, a ausência de informações que permitam realizar uma análise esauriente da solidez financeira do Comprador, e o fato do seguro garantia desse montante ter sido prestado por seguradora sem relacionamento prévio com a Alpargatas, o que foge da prática da Companhia. A Companhia informa que continuará a adotar todas as medidas cabíveis para a defesa de seus direitos na Execução Judicial e nos Procedimentos Arbitrais e comunicará eventuais novos desdobramentos relevantes dos processos em questão.

**2. BASE DE PREPARAÇÃO, APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

**2.1. Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Todas as informações relevantes, próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, as quais correspondem às utilizadas pela Companhia na sua gestão.

A Diretoria aprovou e o Conselho de Administração autorizou a emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 07 de fevereiro de 2024.

**2.2. Mudanças nas principais políticas contábeis e divulgações**

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023:

- Alteração ao IAS 1/CPC 26(R1) e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis:** alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identificá-las e esclarece que informações materiais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. O "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements", também alterado, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil.

- Alteração ao IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual.

- Alteração ao IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:** a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de desinvestimento e restauração, como exemplo, e exige o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais.

- Alteração ao IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:** em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada "GloBE effective tax rate" ou alíquota efetiva GloBE. Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgaram novas leis ou estão em processo de aprovação.

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações de escopo ao IAS 12, "Tributos sobre o Lucro" para permitir isenção temporária na contabilização de impostos diferidos decorrentes de legislação promulgada ou substancialmente promulgada da implementação do Pilar Dois da OCDE, isenção essa que foi adotada pelo Grupo. No entanto, as entidades são requeridas a apresentar divulgações adicionais em suas demonstrações financeiras anuais de exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, não havendo requisito de divulgação para períodos intermediários anteriores a 31 de dezembro de 2023. As alterações ao IAS 12 são aplicáveis imediatamente e retrospectivamente de acordo com a IAS 8 "Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro", incluindo a exigência de divulgar se a exceção foi aplicada e se os tributos sobre o lucro da entidade foram afetados em decorrência da implementação das regras do Pilar Dois. Devido às complexidades na aplicação das regras do Pilar 2 e no cálculo da receita GloBE, o impacto quantitativo da legislação promulgada ainda não pode ser razoavelmente estimado. O Grupo conta atualmente com o apoio de especialistas tributários para auxiliá-lo na aplicação da referida legislação.

O grupo não identificou nenhum impacto significativo relacionado à essas mudanças.

**2.3. Base para elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto, quando aplicável, o contrário estiver disposto em nota explicativa.

A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração. Áreas consideradas significativas e que requerem maior nível de julgamento incluem: reconhecimento de vendas, imposto de renda e contribuição social diferido, provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas, avaliação do valor recuperável do ágio, vida útil dos bens do imobilizado e intangível, instrumentos financeiros derivativos e plano de incentivo de longo prazo. As práticas contábeis relevantes estão descritas nas notas explicativas relacionadas aos itens apresentados. Àquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir:

**a) Avaliação do valor recuperável dos ativos (exceto ágio)**

A Companhia e suas controladas revisam o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração da perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização por meio do ajuste do valor contábil líquido ao valor recuperável.

**b) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas** Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**Transações e saldos em moeda estrangeira**

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira, são reconvertidos para a moeda funcional de acordo com a taxa de câmbio da data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

**Operações no exterior com moeda funcional diferente do Real**

Os ativos e passivos de operações no exterior, são convertidos para o Real de acordo com as taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real de acordo com as taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para a moeda de apresentação, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Se a controlada não for uma controlada integral, a parcela correspondente da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores.

**c) Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 9.1 - Imposto de renda e contribuição social diferido: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- Nota explicativa 12.3 - Teste de redução ao valor recuperável de ágio (*impairment*);
- Nota explicativa 15 - Ativo de direito de uso e arrendamento: taxa implícita de desconto dos contratos de alugueis;
- Nota explicativa 22 - Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Nota explicativa 24.2 - Plano de incentivo de longo prazo: principais premissas para cálculo do valor da ação;

**d) Instrumentos financeiros**

**Reconhecimento e mensuração inicial dos ativos financeiros** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Na nova norma contábil, a menos que um ativo financeiro tenha sido designado no momento inicial ao valor justo por meio do resultado (com o propósito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração contábil), os instrumentos de dívida devem ser classificados subsequentemente como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado em um dos seguintes itens:

- No modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros;
- Nas características de fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros (também denominado teste de "SPPI"). Somente pagamento de principal e juros).

**Modelos de negócios:** Os modelos de negócios refletem a maneira pela qual o Grupo gerencia seus ativos financeiros de forma a gerar fluxo de caixa, ou seja, a partir dos modelos de negócios o Grupo determina se os fluxos de caixa são procedentes do recebimento de fluxos de caixa contratuais, do recebimento de fluxo de caixa contratual e vendas ou ambos. Se nenhum desses dois modelos de negócios for aplicável, então tais ativos financeiros são classificados como parte de "outros" modelos de negócios e mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Alguns fatores são considerados pelo Grupo na determinação de seus modelos de negócios que incluem:

- Experiência passada sobre como os fluxos de caixa contratuais são coletados (incluindo avaliação sobre o histórico de vendas dos ativos financeiros);
- Como o desempenho do modelo de negócios e os ativos financeiros mantidos nos modelos de negócios são avaliados e reportados ao pessoal-chave da Administração;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e os ativos financeiros mantidos nesse modelo de negócios) e, em particular, a forma como esses riscos são gerenciados;
- Como os gestores do negócio são remunerados (por exemplo, se a remuneração se baseia no valor justo dos ativos gerenciados ou nos fluxos de caixa contratuais recebidos).

**SPPI:** A análise se os fluxos de caixa contratuais que consistem somente pagamento do principal e juros (teste de "SPPI") é exigida se o ativo financeiro for mantido em modelo de negócios cujo objetivo seja, receber fluxos de caixa contratuais, ou em um modelo cujo o objetivo além do recebimento dos fluxos de caixa contratuais seja de venda desses ativos.

No caso da identificação de ativos financeiros que introduzem exposição a riscos e volatilidades e que sejam inconsistentes ao acordo de empréstimo básico, tais ativos são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado.

**Mensuração subsequente:** Os instrumentos de dívidas são mensurados em uma das seguintes categorias:

- Custo amortizado:** os ativos financeiros que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais, representam somente pagamentos de principal e juros e os que não são designados a valor justo por meio do resultado, são mensurados ao custo amortizado. O valor contábil desses ativos é ajustado pela provisão para perda de crédito esperada reconhecida e mensurada de acordo com metodologia especificada na nota explicativa 6. A receita de juros desses ativos financeiros está incluída na demonstração do resultado na rubrica de "receitas financeiras", usando o método da taxa de juros efetiva. A "taxa de juros efetiva" é a taxa de desconto que corresponde exatamente ao valor inicial do instrumento financeiro em relação à totalidade de seus fluxos de caixa estimados, de todas as espécies ao longo de sua vida útil remanescente. No caso dos instrumentos financeiros de taxa fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, às comissões e aos custos de transação que, por sua natureza, fazem parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de taxa variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte à renovação dos juros.

- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** os ativos financeiros que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais e para venda, que não são designados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. As variações no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes dentro do patrimônio líquido, exceto o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável, receita de juros e ganhos/perdas sobre variação cambial que são reconhecidos no resultado do exercício. A receita de juros desses ativos financeiros está incluída na demonstração do resultado na rubrica "receitas financeiras" usando o método da taxa de juros efetiva.

- Valor justo por meio do resultado (VJR):** os ativos financeiros que não atendem os critérios de custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ganhos/perdas do instrumento de dívida que são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos como receita ou despesa financeira no resultado do exercício.

**Passivos financeiros**

Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto os passivos financeiros designados como objeto de *hedge* para os quais os riscos protegidos são mensurados ao valor justo e passivos financeiros designados ao valor justo no reconhecimento inicial.

Para os passivos mensurados ao valor justo na designação inicial, a parcela correspondente às variações do risco de crédito próprio da Companhia (denominado "DVA - Debit Valuation Adjustment") é registrada em outros resultados abrangentes (sem recimeração para o resultado).

**Reclassificação dos ativos e passivos financeiros** As reclassificações dos ativos financeiros ocorrem apenas se algum modelo de negócios do Grupo for alterado, dessa forma, a ocorrência de reclassificações não é frequente. No caso da ocorrência de reclassificação, ela é aplicada de forma prospectiva (a partir da data de reclassificação). Os passivos financeiros não são reclassificados.

**Instrumentos financeiros - apresentação líquida**

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e elegível de composição dos montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação ou de realização do ativo e liquidação do passivo de forma simultânea.

**Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de "hedge"**

O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos para se proteger do risco de variação das taxas de câmbio. Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de "hedge" são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é firmado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Os instrumentos financeiros derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

**e) Provisões**

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que refleta as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

**f) Receita operacional**

A receita da Companhia e das suas controladas são provenientes da venda de calçados e vestuário, através de múltiplos canais de vendas: distribuidores, atacadistas, varejistas, lojas físicas e canais online. As receitas são reconhecidas quando o controle sobre os produtos são transferidos para seus clientes, ou seja no momento da entrega do produto.

O Grupo possui contratos de acordos comerciais com determinados clientes que permitem a concessão de alguns descontos especiais. Esses acordos são realizados com grandes players do mercado visando a fidelização, melhoria de sortimento de produtos e aumento no volume de vendas. Os descontos podem ser fixos ou variáveis conforme definido em contrato, e são contabilizados como redutor da receita de vendas, na data de competência definida em contrato, independente da data que ocorreu o desconto.

**g) Receita e despesa financeira**

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito do Grupo de receber o pagamento é estabelecido. O Grupo classifica os juros recebidos e dividendos e os juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

A "taxa de juros efetiva" é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao valor contábil bruto do ativo financeiro; ou - ao custo amortizado do passivo financeiro.

Ao calcular a receita ou a despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) e ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser realizado com base no valor bruto.

**h) Benefícios e empregados**

**Benefícios de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente for prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal de pagar esse montante em função do serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

**Planos de contribuição definida**

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo à medida que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros for possível.

**Planos de benefício definido**

A obrigação líquida do Grupo para os planos de benefício definido é calculada para cada um dos planos com base na estimativa do valor do benefício futuro que os beneficiários receberão como retorno pelos serviços prestados em exercícios anteriores. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano. O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para o Grupo, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências mínimas de custeio aplicáveis.

**Acordos de pagamento baseado em ações**

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidas aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem o direito aos prêmios incondicionalmente. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendem às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (vesting date). Para os prêmios de pagamento baseado em ações que não contenham condições de aquisição (non-vesting conditions), o valor justo na data de outorga dos prêmios de pagamento baseado em ações é mensurado para refletir tais condições e não são efetuados ajustes posteriores para as diferenças entre os resultados esperados e os reais.

O valor justo do montante a pagar aos empregados com relação aos direitos sobre a valorização das ações que são liquidados em caixa é reconhecido como despesa com um aumento correspondente no passivo durante o período em que os empregados adquirem o direito ao pagamento incondicionalmente. O passivo é remensurado a cada data de balanço e na data de liquidação, baseado no valor justo dos direitos sobre valorização das ações. Quaisquer mudanças no valor justo do passivo são reconhecidas no resultado como despesas de pessoal.

**i) Imposto de renda e contribuição social**

São calculados com base nas alíquotas de 15% para imposto de renda, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente anual de R\$240 e 9% para contribuição social.

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável exercido e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação.

As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas à medida que for provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra aqueles que serão utilizados.

Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, os lucros tributáveis futuros ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes serão considerados com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos à medida que sua realização não for mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira pela qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

**j) Capital social**

Quando ações reconhecidas como patrimônio líquido são recompradas, o valor da contraprestação paga que inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reserva de capital.

**k) Operações descontinuadas e ativo mantido para venda** Uma operação descontinuada é um componente de um negócio do Grupo que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distintos do resto do Grupo e que: (i) representa uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações; (ii) é parte de um plano individual coordenado para a venda de uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações; ou (iii) é uma controlada adquirida exclusivamente com o objetivo de venda.

A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes. Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, do fluxo de caixa e da demonstração do valor adicionado comparativas são representadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo.

**l) Demonstração do valor adicionado ("DVA")**

A demonstração do valor adicionado (DVA) não é requerida pelas IFRS, sendo apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o exercício, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes.

**2.4. Reclassificações de valores correspondentes**

Foram efetuadas algumas reclassificações nos saldos das contas patrimoniais referente ao exercício encerrado em 2022 para torná-lo comparável com o exercício de 2023, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022
	Reclas	sificações	Reclas	sificações
	(ajustado)	(ajustado)	(ajustado)	(ajustado)
Provisões e outras obrigações (i) .....	20	122.725	(24.054)	98.671
Saldos com empresas controladas (Outras obrigações) (i) ..	22.1	52.875	24.054	76.929
<b>Total</b>		<b>175.600</b>		<b>- 175.600</b>

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022
	Reclas	sificações	Reclas	sificações
	(ajustado)	(ajustado)	(ajustado)	(ajustado)
Provisões e outras obrigações (ii) .....	20	184.210	(46.483)	137.727
Forneceedores (ii) .....	16	653.441	46.483	699.924
<b>Total</b>		<b>837.651</b>		<b>- 837.651</b>

(i) Saldos a pagar para IOASYS e para Alpargatas Europe que estavam classificados no grupo de "Provisões e outras obrigações" e foram reclassificados para o grupo de "Saldos com empresas controladas".

(ii) Saldo de contas a pagar relacionado a serviços prestados por terceiros, registrado na Alpargatas Europe e Alpargatas USA, que estava classificado como "Provisões e outras obrigações

ALPARGATAS S.A. - Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 61.079.117/0001-05 - NIRE 35 3000 25 270

6.1. Contas a receber de clientes terceiros por idade de vencimento Mercado Interno

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	787.060	849.308	793.922	865.535
Vencidas:				
Até 30 dias	10.914	14.786	10.914	14.786
De 31 a 60 dias	4.582	14.593	4.582	14.593
De 61 a 90 dias	1.238	2.606	1.238	2.606
De 91 a 180 dias	3.017	3.674	3.017	3.674
Mais de 181 dias	57.122	44.520	57.122	44.520
Total	863.933	929.487	870.795	945.714

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	16.487	53.950	68.532	203.997
Vencidas:				
Até 30 dias	1.874	-	5.153	9.132
De 31 a 60 dias	711	-	2.163	3.102
De 61 a 90 dias	-	-	1.843	3.637
De 91 a 180 dias	-	-	6.477	4.573
Mais de 181 dias	184	2.405	9.570	8.955
Total	19.256	56.355	93.738	233.396

6.2. Provisão para perdas esperadas (Impairment)

As movimentações da provisão para perdas esperadas (impairment) dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 estão demonstradas a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(50.355)	(62.916)
Adições e reversões	(11.732)	(13.190)
Baixas e outras movimentações	5.426	8.690
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(56.661)	(67.419)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(56.661)	(67.419)
Adições e reversões	(24.966)	(29.287)
Baixas e outras movimentações	14.679	15.905
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(66.948)	(80.798)

Adições e reversões da provisão para perdas esperadas (impairment) são registradas na rubrica "Despesas com vendas" na demonstração do resultado.

A composição por idade de vencimento das contas a receber de clientes incluídas na provisão de créditos para perdas esperadas (impairment) está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	(8.164)	(7.846)	(8.164)	(7.846)
Vencidas:				
Até 30 dias	(52)	(1.079)	(187)	(1.232)
De 31 a 60 dias	(174)	(434)	(174)	(434)
De 61 a 90 dias	(150)	(104)	(150)	(104)
De 91 a 180 dias	(1.102)	(273)	(1.102)	(273)
Mais de 181 dias	(57.122)	(44.520)	(57.122)	(44.520)
Total	(66.754)	(54.256)	(66.899)	(54.409)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Vencidas:				
Até 30 dias	-	-	(543)	(308)
De 31 a 60 dias	-	-	(226)	(665)
De 61 a 90 dias	-	-	(244)	(1.459)
De 91 a 180 dias	-	-	(4.092)	(1.620)
Mais de 181 dias	(184)	(2.405)	(8.734)	(8.955)
Total	(184)	(2.405)	(13.899)	(13.007)
Total Geral	(66.948)	(56.661)	(80.798)	(67.419)

A exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento conforme demonstrado nos quadros da nota explicativa 6.1. De acordo com a política de cobrança, os títulos em atraso precisam receber alguma tratativa em até 45 dias e, caso não haja uma evolução positiva na negociação em até 90 dias, eles são encaminhados para assessoria de cobrança externa ou para cobrança judicial.

A provisão para perdas esperadas (impairment) é reconhecida de acordo com as normas do CPC 48/IFRS 9, com base nos percentuais históricos de perda e impactos macroeconômicos no comportamento da inadimplência da carteira de clientes, segregados por categoria de clientes e de acordo com o aging da carteira e correlação desses fatores para apuração da perda esperada em contas a receber. Além disso, a Companhia efetua uma avaliação individual para clientes específicos na qual as garantias reais ou negociações já aprovadas pela Administração são analisadas. A provisão não é constituída para esses casos, o valor deles em 31 de dezembro de 2023 é de R\$5.537 na Controladora e no Consolidado (em 31 de dezembro de 2022, era de R\$6.910 na Controladora e no consolidado).

7. ESTOQUES

São registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, ajustados ao valor realizável, líquido do custo de venda e por eventuais perdas quando aplicável.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Produtos acabados	441.285	543.301	699.268	798.355
Produtos em processo	46.907	77.264	48.076	77.264
Matérias-primas	228.341	449.801	227.875	441.782
Importações em andamento	21.769	61.293	21.769	61.293
Outros	654	2.878	692	2.878
Total	738.956	1.134.538	997.680	1.381.573

As movimentações da provisão para perdas nos estoques dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 estão demonstradas a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(7.018)	(15.350)
Adições e reversões	(26.948)	(64.566)
Baixas/Varição Cambial	10.903	13.109
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(23.063)	(66.807)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(23.063)	(66.807)
Adições e reversões	(98.852)	(107.428)
Baixas/Varição Cambial	62.413	82.548
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(59.502)	(91.687)

A Companhia constitui provisão para perdas nos estoques com base no giro, tempo de vida das coleções, linha de produto e no tempo em que o produto está fora de linha. Adicionalmente, a Companhia efetua avaliação periódica e implementa plano de ação para realização de itens obsoletos.

Em 31 de dezembro de 2023, não existe nenhuma parcela do estoque dada em garantia.

O acréscimo da provisão para perdas nos estoques em 2023 está relacionado ao baixo do giro de determinados produtos.

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda e contribuição social sobre atualização monetária de débitos (i)	65.014	53.770	65.014	53.770
Antecipações de imposto de renda e contribuição social	41.813	46.807	42.809	46.814
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	9.171	11.193	10.242	11.449
Imposto Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	13.100	4.865	13.001	4.865
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	952	1.976	952	1.976
PIS e COFINS a compensar (ii)	133.847	253.695	134.337	254.341
PIS e COFINS (base ICMS)	13.026	27.028	13.026	27.028
INSS a Recuperar	329	15.610	329	15.610
Reintegra Zona Franca de Manaus	6.169	-	6.169	-
Indébito taxa Cacex	3.194	-	3.194	-
Antecipação sobre Valor Adicionado (IVA)	-	13.218	-	13.218
Antecipações de imposto de renda	-	8.331	-	14.038
Alpargatas Colômbia S.A.S.	-	-	-	6.740
Imposto sobre Valor Adicionado (IVA)	-	7.574	-	6.740
Antecipações de imposto de renda	-	492	-	582
Outros	2.583	4.973	6.598	7.947
Total	289.198	419.917	325.286	448.514
Parcela do circulante	191.637	327.578	227.725	356.175
Parcela do não circulante	97.561	92.339	97.561	92.339

(i) Refere-se ao crédito tributário decorrente de imposto de renda e contribuição social sobre atualização monetária de débitos, conforme mencionado na nota explicativa 23.3.

(ii) Refere-se aos créditos originados nas operações de compra, a Companhia optou por utilizar prioritariamente os créditos decorrentes da ação judicial da exclusão do PIS e Cofins na base de cálculo do ICMS mencionada na nota explicativa 23.2.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

9.1. Diferidos

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em um montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os montantes são calculados com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente nas datas dos balanços.

As origens estão demonstradas a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo				
Provisão para perdas esperadas de contas a receber (impairment)	5.790	5.113	6.259	5.443
Provisão para perdas esperadas de contas a receber (ASAC)	91.369	-	91.369	-
Provisão para perdas nos estoques, incluindo impostos para contingências tributárias, cíveis e trabalhistas	23.761	11.276	27.841	11.903
Provisão para plano de incentivo de longo prazo	10.747	19.452	13.255	22.085
Provisão para perda no valor recuperável do imobilizado (impairment)	10.064	2.764	10.064	2.764
Provisão para indenizações	1.660	7.642	1.660	7.642
Ajuste de reconhecimento de receita de vendas	2.625	2.785	2.625	2.785
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	114.582	6.465	114.582	12.222
Outras diferenças temporárias	22.853	20.288	33.062	20.990
Total de créditos fiscais brutos	288.865	89.405	306.131	99.454

Passivo e patrimônio líquido

Ágio na aquisição de controladas amortizado fiscalmente (i)

Varição monetária de depósitos judiciais

Varição na taxa de depreciação fiscal de bens do ativo imobilizado

Outras diferenças temporárias

Total de débitos fiscais brutos

Total de créditos fiscais, líquidos

Tributos diferidos ativos

Tributos diferidos passivos

Total de créditos fiscais, líquidos

(i) A Companhia aproveitou o benefício fiscal do ágio pela incorporação da controlada CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias.

Os créditos tributários diferidos no consolidado possuem os seguintes prazos estimados de realização:

	31/12/2023	31/12/2022
2023	20.398	18.737
2024	41.644	19.550
2025	60.372	36.898
2026	72.311	-
2027	111.405	-
2028 em diante	306.130	99.454

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui créditos tributários sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas oriundos de suas controladas, pela não geração de resultados consistentes para o aproveitamento fiscal dos referidos créditos. Os valores dos créditos tributários, não reconhecidos contabilmente e calculados às alíquotas vigentes nos respectivos países estão demonstrados a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Alpargatas USA Inc. - Estados Unidos	76.337	72.158
Alpargatas Asia Ltd. - Hong Kong	1.133	54
Alpargatas Trading (Shanghai) Co., Ltd. - Índia	6.893	6.717
Alpargatas India Fashions Private Ltd. - Índia	3.793	3.459
Alpargatas Colômbia SAS	16.069	12.489
Total de crédito tributário não constituído	104.225	94.871

O crédito tributário sobre os prejuízos fiscais gerados por controladas nos Estados Unidos tem prazo de até 20 anos para ser compensado (data de expiração).

11. CONTAS A RECEBER PELA VENDA DE CONTROLADAS

As movimentações dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 estão demonstradas a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2021	38.535	51.094
Efeitos no resultado	(63.812)	(69.710)
Resultado de equivalência patrimonial	43.805	43.805
Resultado de operação descontinuada	24.671	24.671
Varição cambial e outras movimentações	-	2.867
Saldos em 31 de dezembro de 2022	43.199	52.727
Saldos em 31 de dezembro de 2022	43.199	52.727
Efeitos no resultado	198.747	210.193
Varição cambial e outras movimentações	(10)	(3.924)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	241.936	258.996

9.2. Reconciliação da alíquota

Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido:

	Controladora	Consolidado
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(2.079.454)	225.899 (2.084.866)
Alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal vigente	707.014 (76.806)	708.854 (92.123)
Resultado de equivalência patrimonial	(183.476)	(66.885) (143.484)
Subvenção para investimento - ICMS	85.964	77.952
Impairment ágio da loaysy e Rothy's	(405.341)	- (405.341)
Prejuízo fiscal não constituído e ajuste de equalização de taxas de controladas	-	- (37.282) (34.366)
Transferência perda incentivo fiscal para operação descontinuada (i)	-	23.713
IR/CS sobre a SELIC de débitos a recuperar no futuro	1.916	1.493
Outras adições permanentes, líquidas	6.755	(688)
Total de despesa com imposto de renda e contribuição social	212.832 (41.221)	217.383 (87.217)
Correntes	14.085	22.591
Diferidos	198.747	(63.812)
Alíquota efetiva	10%	18%

(i) Refere-se a perda de incentivo fiscal decorrente da venda da Osklen que foi transferida para operação descontinuada.

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS E CAUÇÕES

	Controladora	Consolidado
Processos tributários	18.254	27.314
Processos cíveis	103	110
Reclamações trabalhistas	12.979	4.132
Total	31.336	31.556

Os depósitos judiciais que não envolvem obrigações correntes foram necessários para dar andamento a certos processos judiciais. Na opinião da Administração e de seus assessores jurídicos, a probabilidade de perda não é considerada como provável e, portanto, não foi constituída provisão para contingências tributárias, cíveis e trabalhistas; no tocante a tais processos, os demais saldos de depósitos judiciais estão apresentados líquidos das respectivas provisões ações conforme demonstrado na nota explicativa 23.

As movimentações dos investimentos do exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 estão demonstradas a seguir:

	Fibrasil	Alpargatas	Alpargatas	Alpargatas	Alpargatas	Alpargatas	Alpargatas	Alpargatas	Alpargatas
	Agrícola Comercial Ltda.	Europe S.L.U.	Imobiliária Ltda.	Colômbia S.A.S.	Asia Ltd. (Hong Kong)	India Fashion Private Ltd.	Trading (Shanghai) Co. Ltd. (China)	loaysy	Rothy's Inc.
Informações em 31 de dezembro de 2023									
Número de ações ou cotas possuídas	5.978.752	57.834.570	16.557.755	19.056.969	1	51.000.000	1	403.898	9.069.518
Total do ativo circulante	5.347	370.802	28.233	40.522	26.220	1.743	9.700	33.151	817.917
Total do ativo não circulante	-	119.461	2.562	394	238	15	696	3.843	886.480
Total do passivo circulante	7	386.295	62	24.276	21.683	361	11.713	5.165	165.804
Total do passivo não circulante	-	29.088	-	478	-	-	-	1.396	261.998
Capital social	5.979	535	16.558	71.064	34.998	14.026	36.952	404	1.817.074
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	684	-	-	627.905
Patrimônio líquido controladores	5.340	74.880	30.733	16.640	4.297	713	(1.217)	30.433	648.690
Lucro não realizado nos estoques/Ganho não realizado venda ativo	-	(5.780)	-	(872)	-	(65)	-	(211)	-
Reculta líquida do período	5.340	69.100	30.733	15.768	4.297	648	(1.528)	30.433	648.690
Lucro líquido (prejuízo) do período	268	(84.208)	2.887	(4.537)	(10.590)	(1.762)	(3.370)	1.678	(851.294)
Participação %	100,00	100,00							

As movimentações dos saldos para os exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e de 2022 estão demonstradas a seguir:

	Controladora					31/12/2023
	31/12/2022	Adições	Transfe- rências (I)	Depre- ciações	Outras movimen- tações (III)	
<b>Imobilizado</b>						
Terenos.....	9.722	-	-	-	-	9.722
Edifícios e construções...	248.617	-	81.610 (11.798)	(2.157)	(29.805)	286.467
Máquinas e equipamentos.....	411.179	-	285.360 (64.258)	(4.673)	(161)	627.447
Móveis e utensílios.....	21.735	-	23.974 (4.832)	(294)	-	40.583
Veículos.....	1.244	-	-	(282)	(9)	953
Benefitórias em imóveis de terceiros.....	16.984	-	24.287 (6.763)	(413)	-	34.095
Projetos em andamento (iv).....	570.685	214.339	(417.601)	-	-	29.079
Outros imobilizados.....	1.365	-	-	-	-	1.365
Provisão para perdas ("impairment")(ii).....	(34.083)	-	-	1.357	-	23.888
<b>Total</b>	<b>1.247.448</b>	<b>214.339</b>	<b>(2.370)</b>	<b>(86.576)</b>	<b>(7.546)</b>	<b>23.001</b>

(i) Correspondem às movimentações dos ativos entre a rubrica "Projetos em andamento" para as correspondentes contas definitivas do "Imobilizado", quando do encerramento dos projetos.  
 (ii) Refere-se à provisão para perdas de ativos das fábricas sem utilização ou obsoletos.  
 (iii) Refere-se principalmente ao consumo de provisão de impairment de máquinas, equipamentos e instalações que foram danificadas no incêndio ocorrido na fábrica de Santa Rita, conforme mencionado na nota explicativa 1.3.  
 (iv) Os saldos registrados na rubrica "Projetos em andamento" referem-se aos projetos de: Inovação no valor de R\$18.926, ILEP (programa de excelência industrial e logística) no valor de R\$283.774, Produtividade no valor de R\$38.074, Compliance/Segurança no valor de R\$5.786, Digital no valor de R\$17.578, demais projetos no valor de R\$4.337 e referentes ao incêndio na fábrica de Santa Rita R\$28.027.

	Controladora					31/12/2022
	31/12/2021	Adições	Transfe- rências (I)	Depre- ciações	Outras movimen- tações (III)	
<b>Imobilizado</b>						
Terenos.....	9.722	-	-	-	-	9.722
Edifícios e construções...	250.309	-	12.659 (11.460)	(2.891)	-	248.617
Máquinas e equipamentos.....	349.796	-	126.432 (52.200)	(14.820)	1.971	411.179
Móveis e utensílios.....	18.704	-	7.478 (3.890)	(599)	42	21.735
Veículos.....	1.307	-	383 (421)	(23)	(2)	1.244
Benefitórias em imóveis de terceiros.....	20.882	-	1.458 (5.353)	-	(3)	16.984
Projetos em andamento (iv).....	169.605	552.133	(150.471)	-	-	570.685
Outros imobilizados.....	18	-	-	-	1.347	1.365
Provisão para perdas ("impairment")(ii).....	(11.156)	-	-	-	-	22.927
<b>Total</b>	<b>809.187</b>	<b>552.133</b>	<b>(2.061)</b>	<b>(73.324)</b>	<b>(18.333)</b>	<b>(20.154)</b>

(i) Correspondem às movimentações dos ativos entre a rubrica "Projetos em andamento" para as correspondentes contas definitivas do "Imobilizado", do "Intangível" ou de ativo de direito de uso no caso de cessões de direitos comerciais.  
 (ii) Refere-se à provisão para perdas de ativos das fábricas sem utilização ou obsoletos.  
 (iii) Refere-se principalmente à provisão de impairment de máquinas, equipamentos e instalações que foram danificadas no incêndio ocorrido na fábrica de Santa Rita, conforme mencionado na nota explicativa 1.3.  
 (iv) Os saldos registrados na rubrica "Projetos em andamento" referem-se aos projetos de: Inovação no valor de R\$12.393, ILEP (programa de excelência industrial e logística) no valor de R\$429.465, Produtividade no valor de R\$57.329, Compliance/Segurança no valor de R\$37.722, demais projetos no valor de R\$18.733 e referentes ao incêndio na fábrica de Santa Rita R\$15.043.

	Controladora					31/12/2023
	31/12/2022	Adições	Transfe- rências (I)	Depre- ciações	Outras movimen- tações (III)	
<b>Imobilizado</b>						
Terenos.....	9.722	-	-	-	-	9.722
Edifícios e construções...	248.499	-	81.610 (11.798)	(2.157)	(29.862)	286.292
Máquinas e equipamentos.....	416.583	-	285.923 (66.494)	(5.751)	432	630.693
Móveis e utensílios.....	28.422	-	43.209 (10.123)	(667)	(6.673)	54.168
Veículos.....	3.143	-	-	(1.644)	(8)	1.807
Benefitória em imóveis de terceiros.....	26.195	-	24.606 (11.328)	(431)	545	39.587
Projetos em andamento (iv).....	580.186	246.644	(449.666)	-	(266)	20.500
Outros imobilizados.....	1.365	-	-	-	-	1.365
Provisão para perdas ("impairment") (ii).....	(34.083)	-	-	1.357	-	23.888
<b>Total</b>	<b>1.280.032</b>	<b>246.644</b>	<b>(14.318)</b>	<b>(100.030)</b>	<b>(9.280)</b>	<b>9.146</b>

(i) Correspondem às movimentações dos ativos entre a rubrica "Projetos em andamento" para as correspondentes contas definitivas do "Imobilizado", quando do encerramento dos projetos.  
 (ii) Refere-se à provisão para perdas de ativos das fábricas, sem utilização ou obsoletos.  
 (iii) Refere-se principalmente ao consumo de provisão de impairment de máquinas, equipamentos e instalações que foram danificadas no incêndio ocorrido na fábrica de Santa Rita conforme mencionado na nota explicativa 1.3 e variação cambial.  
 (iv) Os saldos registrados na rubrica "Projetos em andamento" referem-se aos projetos de: Inovação no valor de R\$18.926, ILEP (programa de excelência industrial e logística) no valor de R\$283.774, Produtividade no valor de R\$38.074, Compliance/Segurança no valor de R\$5.786, Digital no valor de R\$17.578, demais projetos no valor de R\$5.233 e referente ao incêndio na fábrica de Santa Rita R\$28.027.

	Controladora					31/12/2022
	31/12/2021	Adições	Transfe- rências (I)	Depre- ciações	Outras movimen- tações (III)	
<b>Imobilizado</b>						
Terenos.....	9.722	-	-	-	-	9.722
Edifícios e construções...	250.247	-	12.661 (11.461)	(2.891)	(57)	248.499
Máquinas e equipamentos.....	355.592	-	128.479 (53.983)	(14.897)	1.392	416.583
Móveis e utensílios.....	25.230	-	9.935 (6.668)	(1.345)	1.270	28.422
Veículos.....	3.141	-	941 (1.201)	(61)	323	3.143
Benefitória em imóveis de terceiros.....	33.806	-	2.705 (10.142)	(544)	370	26.195
Projetos em andamento (iv).....	173.950	587.481	(171.210)	-	-	580.186
Outros imobilizados.....	731	-	-	(215)	(195)	1.044
Provisão para perdas ("impairment") (ii).....	(11.156)	-	-	-	-	22.927
<b>Total</b>	<b>841.263</b>	<b>587.481</b>	<b>(16.489)</b>	<b>(83.670)</b>	<b>(19.933)</b>	<b>(28.620)</b>

(i) Corresponde às movimentações dos ativos entre a rubrica "Projetos em andamento" para as correspondentes contas definitivas do "Imobilizado", do "Intangível" ou de ativo de direito de uso no caso de cessões de direitos comerciais.  
 (ii) Refere-se à provisão para perdas de ativos das fábricas, sem utilização ou obsoletos.  
 (iii) Refere-se principalmente à provisão de impairment de máquinas, equipamentos e instalações que foram danificadas no incêndio ocorrido na fábrica de Santa Rita, conforme mencionado na nota explicativa 1.3 e variação cambial.  
 (iv) Os saldos registrados na rubrica "Projetos em andamento" referem-se aos projetos de: Inovação no valor de R\$12.393, ILEP (programa de excelência industrial e logística) no valor de R\$429.465, Produtividade no valor de R\$57.329, Compliance/Segurança no valor de R\$37.722, demais projetos no valor de R\$28.234 e referente ao incêndio na fábrica de Santa Rita R\$15.043.

**14. INTANGÍVEL**

	Controladora					31/12/2022
	31/12/2022	Adições	Transfe- rências (I)	Amorti- zações	Outras movimen- tações	
<b>Intangível</b>						
Sistema de gestão empresarial (i).....	15	518.248	(280.425)	237.823	359.996	(225.281)
Sem vida útil definida: Marcas, direitos e patentes.....	-	1.016	-	1,016	-	-
Ágio na aquisição de controlada.....	-	53.862	-	53.862	53.862	-
Projetos em andamento.....	-	99.191	-	99.191	169.997	-
Provisão para perdas ("impairment").....	-	(20.810)	-	(20.810)	-	-
<b>Total</b>	<b>821.129</b>	<b>(323.424)</b>	<b>497.705</b>	<b>849.872</b>	<b>(262.228)</b>	<b>587.644</b>

(i) Referem-se aos gastos incorridos na aquisição, no desenvolvimento e na implementação de sistemas de gestão empresarial, tais como SAP/R3, sistemas relacionados ao processo de produção e sistemas relacionados ao processo de vendas.  
 As movimentações dos saldos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 estão demonstradas a seguir:

	Controladora					31/12/2023
	31/12/2022	Adições	Transfe- rências (I)	Amorti- zações	Outras movimen- tações	
<b>Intangível</b>						
Sistema de gestão empresarial.....	87.865	-	89.898 (31.220)	(11.828)	134.715	
Sem vida útil definida: Marcas, direitos e patentes.....	1.016	-	-	-	1,016	
Ágio na aquisição de controladas.....	53.862	-	-	-	53.862	
Projetos em andamento (ii).....	169.997	85.349	(156.152)	-	(3)	99.191
Provisão para perdas ("impairment").....	-	-	-	-	(20.810)	(20.810)
<b>Total</b>	<b>359.590</b>	<b>85.349</b>	<b>2.370</b>	<b>(65.125)</b>	<b>(235)</b>	<b>(20.867)</b>

(i) Transferências correspondem às movimentações dos ativos entre a rubrica "Projetos em andamento" para as correspondentes contas definitivas do "Intangível", quando do encerramento dos projetos.  
 (ii) Os saldos registrados na rubrica "Projetos em andamento" referem-se aos projetos de: Inovação no valor de R\$31.578, Produtividade no valor de R\$23.964, Expansão digital R\$58.155, Compliance/Segurança no valor de R\$11.339, ILEP no valor de R\$42.097 e demais projetos no valor de R\$2.209.

	Controlado					31/12/2023
	31/12/2022	Adições	Transfe- rência (I)	Amorti- zações	Outras movimen- tações	
<b>Intangível</b>						
Sistema de gestão empresarial.....	167.095	-	170.470 (67.888)	(514)	12.093	281.256
Carteira de clientes.....	1.273	-	-	-	(899)	374
Sem vida útil definida: Marcas, direitos e patentes.....	1.016	-	-	-	-	1,016
Ágio na aquisição de controladas (iii).....	248.263	-	-	-	(111.585)	136.678
Projetos em andamento (ii).....	169.997	85.349	(156.152)	-	(71)	68
Provisão para perdas.....	-	-	-	-	(20.810)	(20.810)
<b>Total</b>	<b>587.644</b>	<b>85.349</b>	<b>14.318</b>	<b>(67.888)</b>	<b>(585)</b>	<b>(121.133)</b>

(i) Transferências correspondem às movimentações dos ativos entre a rubrica "Projetos em andamento" para as correspondentes contas definitivas do "Intangível", quando do encerramento dos projetos.  
 (ii) Os saldos registrados na rubrica "Projetos em andamento" referem-se aos projetos de: Expansão digital R\$12.103, ILEP (programa de excelência industrial e logística) no valor de R\$72.703, Compliance no valor de R\$7.545 e demais projetos no valor de R\$6.840.  
 (iii) Durante o exercício de 2023, foi feita a provisão para impairment do ágio da loaysys conforme mencionado na nota explicativa 12.3.

	Controlado					31/12/2022
	31/12/2021	Adições	Transfe- rência (I)	Amorti- zações	Outras movimen- tações	
<b>Intangível</b>						
Sistema de gestão empresarial.....	116.249	-	104.326 (43.076)	(693)	(9.711)	167.095
Carteira de clientes.....	2.171	-	-	-	(898)	1.273
Sem vida útil definida: Marcas, direitos e patentes.....	1.016	-	-	-	-	1,016
Ágio na aquisição de controladas.....	248.263	-	-	-	-	248.263
Projetos em andamento (ii).....	132.798	113.495	(87.837)	-	-	11.541
<b>Total</b>	<b>500.497</b>	<b>113.495</b>	<b>16.489</b>	<b>(43.076)</b>	<b>(693)</b>	<b>932</b>

(i) Transferências correspondem às movimentações dos ativos entre a rubrica "Projetos em andamento" para as correspondentes contas definitivas do "Intangível", quando do encerramento dos projetos.  
 (ii) Os saldos registrados na rubrica "Projetos em andamento" referem-se aos projetos de: Inovação no valor de R\$31.578, Produtividade no valor de R\$23.964, Expansão digital R\$58.155, Compliance/Segurança no valor de R\$11.339, ILEP no valor de R\$42.097 e demais projetos no valor de R\$2.209.

**15. ATIVO DE DIREITO DE USO E PASSIVO DE ARRENDAMENTO**

A Companhia efetua o arrendamento de alguns bens, principalmente imóveis (escritórios, centros de distribuição e lojas), que normalmente vigoram por um período de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos. Alguns arrendamentos incluem uma opção de renovação do arrendamento por um período adicional de 5 (cinco) anos após o término do prazo do contrato.  
 A taxa de desconto a valor presente dos contratos é apurada para cada empresa do Grupo utilizando-se as taxas de risco de crédito da Companhia junto às grandes instituições financeiras de mercado, que seriam praticadas caso a Companhia tornasse empréstimos com vencimentos semelhantes aos prazos dos contratos de aluguel, incluindo a garantia de cada ativo.  
 Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo de equipamentos e veículos e todos arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de 12 meses ou menos. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de TI e pequenos itens de mobiliário de escritório.  
 As movimentações dos saldos do ativo e do passivo para os exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e de 2022 estão demonstradas a seguir:

	Controladora	Controlado
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>97.007</b>	<b>177.527</b>
Atualização monetária.....	9.439	12.299
Baixas (i).....	-	(1.507)
Depreciação.....	(18.607)	(36.762)
Variação cambial / Outras movimentações.....	-	(4.352)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>87.968</b>	<b>147.205</b>

	Controladora	Controlado
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>87.968</b>	<b>147.205</b>
Adições (i).....	76.158	76.192
Baixas (ii).....	(3.587)	(3.839)
Depreciação.....	(27.093)	(43.332)
Variação cambial / Outras movimentações (ii).....	-	(3.036)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>132.865</b>	<b>173.190</b>

	Controladora	Controlado
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>97.189</b>	<b>177.635</b>
Atualização monetária.....	9.439	13.668
Baixas (i).....	-	(2.887)
Pagamento passivo de arrendamento - CP.....	(22.538)	(40.608)
Apropriação de juros.....	8.080	9.395
Variação cambial.....	-	(5.476)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>92.170</b>	<b>151.727</b>

	Controladora	Controlado
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>92.170</b>	<b>151.727</b>
Adições (i).....	76.158	76.192
Baixas (ii).....	(4.001)	(4.275)
Pagamento passivo de arrendamento - CP.....	(35.861)	(61.866)
Apropriação de juros.....	14.802	15.858
Variação cambial / Outras movimentações (ii).....	-	(2.651)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>143.268</b>	<b>184.985</b>

(i) Referem-se principalmente ao contrato de aluguel do depósito "Mixing Center".  
 (ii) Refere-se principalmente à variação cambial dos saldos das subsidiárias no exterior.  
**15.1 Passivo de arrendamento**

	Controladora	Controlado
<b>Saldos em 31/12/2023</b>	<b>21.765</b>	<b>15.621</b>
<b>Saldos em 31/12/2022</b>	<b>121.503</b>	<b>76.549</b>
<b>Saldos em 31/12/2021</b>	<b>143.268</b>	<b>92.170</b>

**15.2 Impacto no resultado do exercício**

	Controladora	Controlado
<b>Saldos em 31/12/2023</b>	<b>27.093</b>	<b>18.607</b>
<b>Saldos em 31/12/2022</b>	<b>14.802</b>	<b>8.080</b>
<b>Saldos em 31/12/2021</b>	<b>414</b>	<b>436</b>
<b>Total</b>	<b>42.309</b>	<b>26.687</b>

**15.3 Impacto no fluxo de caixa**

	Controladora	Controlado
<b>Saldos em 31/12/2023</b>	<b>14.802</b>	<b>8.080</b>
<b>Saldos em 31/12/2022</b>	<b>27.093</b>	<b>18.607</b>
<b>Saldos em 31/12/2021</b>	<b>414</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>42.309</b>	<b>26.687</b>

Fluxo das atividades operacionais  
 Provisão de juros

... continuação

22.3. Transações com partes relacionadas

	Controladora e consolidado		Controladora e consolidado	
	Ativo (I)	Passivo (II)	Ativo (I)	Passivo (II)
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Banco Itaú-Unibanco.....	-	151.003	548.576	28.124
<b>Total</b> .....	-	<b>151.003</b>	<b>548.576</b>	<b>28.124</b>

(i) Os valores referem-se aos saldos de aplicações financeiras da Alpargatas S.A.  
 (ii) Os valores referem-se ao Fimane, Risco Sacado e debêntures na Alpargatas S.A.  
 (iii) Referem-se à despesa com juros sobre empréstimos.  
 (iv) Referem-se aos ganhos com aplicações financeiras.  
 Em 31 de dezembro de 2023, exceto pelos avais e pelas garantias concedidas para suportar as operações de empréstimos e financiamentos, a Companhia e suas controladas não haviam concedido outros avais e garantias para partes relacionadas.

22.4. Remuneração do pessoal chave da Administração

A remuneração total dos administradores está assim composta:

	Controladora e Consolidado		Controladora e Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
	Remuneração	Despesa (III)	Remuneração	Despesa (III)
	Fixa	Variável	Fixa	Variável
Conselho de Administração/ Comitê de Auditoria.....	7.584	-	7.584	5.085
Diretores (I).....	18.872	-	18.872	6.577
<b>Total</b> .....	<b>26.456</b>	-	<b>26.456</b>	<b>11.662</b>

Inclui indenizações ocorridas no período, que estão classificadas como outras despesas operacionais. Em adição à remuneração dos administradores, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia efetuou contribuições ao plano de previdência privada no montante de R\$392 (em 2022 R\$390) em nome dos diretores estatutários e relacionado ao plano de incentivo de longo prazo ocorreu um estorno de despesa no valor líquido de (R\$23.539) pelo não atingimento de metas (em 2022, a despesa foi de R\$7.613).  
 A remuneração global anual para os administradores fixada para o exercício de 2023 na Assembleia Geral Ordinária de 26 de abril de 2023 foi de R\$36.575 (R\$30.849 em 2022).

23. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS TRIBUTÁRIAS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos de naturezas tributárias, cíveis e trabalhistas, decorrentes de autuações por parte das autoridades fiscais de reclamações de terceiros e ex-empregados ou de ações e questionamentos. Para essas contingências foram constituídas provisões. Na opinião da Administração e de seus assessores jurídicos, o risco de eventual perda foi considerado como provável. Essas provisões estão assim apresentadas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Reclamações trabalhistas..... (i)	15.336	14.546	15.336	14.546
Processos tributários.....	25	23	25	23
Processos cíveis.....	568	3.018	568	3.018
<b>Total</b> .....	<b>15.929</b>	<b>17.587</b>	<b>15.929</b>	<b>17.587</b>
Depósitos judiciais.....	4.982	3.320	4.982	3.320
Total líquido.....	<b>10.947</b>	<b>14.267</b>	<b>10.947</b>	<b>14.267</b>
Parcela do circulante.....	5.738	6.611	5.738	6.611
Parcela do não circulante.....	5.209	7.656	5.209	7.656

(i) Referem-se às ações movidas contra a Companhia e suas controladas por ex-empregados cujos pedidos são basicamente de pagamentos de verbas rescisórias, adicionais salariais, horas extras e verbas entendidas como devidas em razão de responsabilidade subsidiária.  
 As movimentações da provisão para contingências tributárias, cíveis e trabalhistas estão demonstradas a seguir:

	Controladora e consolidado			Total
	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b> .....	<b>12.748</b>	<b>6.771</b>	<b>3.072</b>	<b>22.591</b>
Adições e reversões.....	18.111	(3.972)	403	14.542
Pagamentos.....	(19.633)	(2.776)	(457)	(22.866)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b> .....	<b>11.226</b>	<b>23</b>	<b>3.018</b>	<b>14.267</b>

	Controladora e consolidado			
	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b> .....	<b>11.226</b>	<b>23</b>	<b>3.018</b>	<b>14.267</b>
Adições/(reversões).....	25.454	2	(1.642)	23.814
Pagamentos.....	(26.327)	-	(807)	(27.134)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b> .....	<b>10.353</b>	<b>25</b>	<b>569</b>	<b>10.947</b>

Contingências passivas com risco de perda classificadas como possível:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Tributárias:				
CSLL e IRPJ..... (i)	13.884	13.326	13.884	13.326
Royalties..... (ii)	13.320	12.549	13.320	12.549
Crédito de PIS/COFINS..... (iii)	3.419	3.419	3.419	3.419
Outras.....	15.902	15.307	15.902	15.307
<b>Total Tributárias</b> .....	<b>46.725</b>	<b>44.615</b>	<b>46.725</b>	<b>44.615</b>
Cíveis..... (iv)	35.086	40.486	35.247	40.486
Trabalhistas..... (v)	60.991	8.510	60.991	8.510
<b>Total Geral</b> .....	<b>142.802</b>	<b>93.611</b>	<b>142.963</b>	<b>93.611</b>

(i) Autos de infração relativos a não homologação de compensações de débitos tributários com créditos de IRPJ e CSLL.  
 (ii) Autos de infração visando a cobrança de II, IPI, PIS-Importação e COFINS-Importação sobre os valores remetidos ao exterior a título de royalties.  
 (iii) Glosa de compensações com créditos tributários, em sua maioria, oriundos de operações de fretes.  
 (iv) Referem-se principalmente, às ações indenizatórias.  
 (v) Durante o exercício de 2023 a Companhia efetuou reestruturações nas fábricas que culminaram em desligamentos, e nos processos trabalhistas.

23.2. Questionamento judicial - ICMS na base do PIS e COFINS  
 A Companhia questionou a inclusão do ICMS na base de cálculo da COFINS (desde maio de 1993) e na base de cálculo do PIS (desde março de 2002) através de três ações judiciais, já transitadas em julgado de forma favorável.  
 Em 25 de setembro de 2018, ocorreu o trânsito em julgado da ação judicial que discutiu o período de maio de 1993 a dezembro de 2014 para a COFINS. Os pagamentos realizados a maior corresponderam a R\$ 191.635 na data da habilitação do crédito.  
 Em 4 de abril de 2019, ocorreu o trânsito em julgado da ação que questionava a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS no período de março de 2002 a dezembro de 2014. Os pagamentos realizados a maior corresponderam a R\$ 85.637 na data da habilitação do crédito.  
 Em 6 de abril de 2020, ocorreu o trânsito em julgado da ação que questionava a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS relativo ao período de janeiro de 2015 em diante. Os pagamentos realizados a maior corresponderam a R\$ 95.810 na data da habilitação do crédito.  
 Os ativos oriundos de tais ações transitadas em julgado foram reconhecidos pela Companhia em contrapartida à rubrica de "Outras receitas operacionais" e vem sendo utilizados ao longo do período.  
 Em todas as ações, a Companhia requereu em seu pedido a exclusão da parcela do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Assim, a Companhia, para fins de mensuração do seu direito, excluiu da base do PIS e da COFINS todo o ICMS que nela foi incluído, conforme pacificado pelo STF quando do julgamento dos Embargos de Declaração no RE nº 574.706.

23.3. Atualização monetária sobre inadimplidos  
 Tendo em vista o julgamento do STF em sede de repercussão geral no Recurso Extraordinário nº 1.063.187, onde por maioria absoluta foi firmada a tese de que "É inconstitucional a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário", acordão publicado em 16/12/2021, a Companhia conforme determinação das normas contábeis reconheceu um ativo desta natureza cujo montante foi registrado por sua melhor estimativa no exercício de 2022. Em 31 de dezembro de 2023, o valor atualizado é de R\$ 65.014.  
 23.4. Julgamento STF - Temas 881 e 885 da Repercussão Geral - Eficácia da coisa julgada em matéria tributária  
 Conforme amplamente veiculado, em 08/02/2023, o Supremo Tribunal Federal, ao julgar os Temas 881 (Recurso Extraordinário nº 949.297) e 885 (Recurso Extraordinário nº 955.227) da Repercussão Geral, entendeu que decisões individuais definitivas (acordatas, portanto, pela coisa julgada) sobre a relação jurídico-tributária de trato continuado entre Contribuinte e Fisco deixam de produzir efeito após e caso o STF decida, ulteriormente, em sentido a ela contrário.  
 Após análise de suas decisões judiciais transitadas em julgado sobre matéria tributária, a Companhia verificou que as referidas decisões do STF não lhe trazem impactos.

24. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

24.1. Planos de aposentadoria  
 A Companhia patrocina um plano de aposentadoria para todos os seus empregados utilizando a Entidade Fechada de Previdência Complementar, a ALPAPREV - Sociedade de Previdência Complementar na modalidade de contribuição definida, no qual o participante efetua a contribuição e a Companhia a complementa. Além disso, concedeu um plano próprio de aposentadoria e benefícios de renda vitalícia ("Plano Informal") para um grupo fechado de ex-funcionários, que será extinto após o falecimento do último beneficiário.  
 Em 31 de dezembro de 2023, o ativo atuarial referente a esses planos, oriundo do excedente das aplicações frente ao passivo atuarial é de R\$9.246.

	ALPAPREV		Plano Informal	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Obrigações de contribuição definida.....	30.495	34.467	151	147
Valor justo dos ativos do plano.....	(48.474)	(52.172)	-	-
Teto de ativo "asset ceiling".....	8.582	10.331	-	-
Valor presente das obrigações / (ativos) líquidos.....	<b>(9.397)</b>	<b>(7.374)</b>	<b>151</b>	<b>147</b>

24.2. Plano de Incentivo de Longo Prazo

a) Plano de ações restritas  
 Em 20 de março de 2019, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o plano de ações restritas cujo objeto é a outorga de ações restritas como parte da estrutura de remuneração da Companhia a fim de atrair, motivar e reter executivos da Companhia e/ou de suas controladas, bem como alinhar seus interesses aos da Companhia, suas controladas e de seus acionistas, estimulando a aceleração da estratégia de crescimento da Companhia.  
 O plano foi implementado por meio de programas outorgados aos executivos e com celebração de contratos individuais entre a Companhia e os participantes especificando a quantidade de ações restritas recebidas e os demais termos e condições, incluindo a continuidade do vínculo empregatício e/ou de administrador (conforme o caso) de cada participante com a Companhia pelos períodos de 5 anos, com relação ao primeiro lote de outorga de ações restritas, e 10 anos, com relação ao segundo lote de outorga de ações restritas, contados da data de celebração do respectivo contrato individual e sujeito ao cumprimento da meta de valorização mínima das ações restritas correspondente ao acumulado do IPCA + 3% (três por cento) ao ano sobre o preço de outorga por ação preferencial; o participante adquirirá o direito de tornar-se titular das ações restritas líquidas de impostos após a devida tributação, observadas as hipóteses de desligamento previstas no plano.

Adicionalmente ao número máximo de ações restritas, a Companhia irá, conforme termos e condições do plano e do programa, entregar ao participante 0,30 (zero vírgula trinta) ação preferencial adicional para cada ação preferencial eventualmente adquirida pelo participante durante o período de validade do programa, respeitando-se o limite máximo estipulado em contrato.  
 O plano expirará a qualquer tempo: (a) por decisão da Assembleia Geral Extraordinária; (b) pelo cancelamento de registro de companhia aberta da Companhia; (c) pela cessação de negociação das ações preferenciais de emissão da Companhia em mercado de balcão, mercado organizado ou bolsa de valores; (d) pela dissolução e liquidação da Companhia; ou (e) pelo decurso de um prazo de 10 (dez) anos contados da data de aprovação do plano.  
 b) Programa de sócios - Plano matching  
 Em 15 de outubro de 2019, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou um novo plano de ações restritas que tem por objetivo conceder aos beneficiários selecionados pelo conselho de administração a oportunidade de receber ações restritas, de modo a promover: (a) a retenção dos beneficiários; e (b) o conceito de meritocracia e valorização da performance e potencial crescimento da Companhia.  
 A outorga foi realizada mediante a celebração de contratos entre a Companhia e os beneficiários, onde foram especificadas a quantidade de ações e os termos e condições para aquisição de direitos relacionados às ações restritas.  
 A quantidade de ações outorgadas levou em consideração a *target* de salários previstos e aprovados na política de remuneração da Companhia e a última avaliação de performance e potencial ou qualquer tipo de avaliação individual que foi definida e aprovada pelo conselho de administração para definir a quantidade que foi outorgada ao beneficiário.  
 O direito dos beneficiários, especialmente o de efetivamente receber a propriedade de tais ações, somente será plenamente adquirido se o beneficiário (i) permanecer continuamente vinculado como administrador, diretor ou empregado da Companhia ou de sociedade sob o seu controle, conforme o caso, durante o período de carência e, cumulativamente, (ii) o preço de cotação da ação preferencial de emissão da Companhia na data de término do período de carência deverá representar uma valorização em relação ao preço equivalente à média de cotação da ação preferencial (ALPA) nos 30 (trinta) pregões imediatamente anteriores à data de outorga, em montante superior à variação do IPCA/IBGE no período de carência em questão, acrescido de 3% (três por cento) ao ano, sujeito a ajustes decorrentes de desdobramento de ações, grupamento de ações e/ou outros eventos que possam afetar a comparação entre os preços acima, conforme calculado e definido pelo conselho de administração.  
 O plano entrou em vigor na data de sua aprovação e permanecerá vigente por um prazo indeterminado, podendo, no entanto, ser extinto a qualquer tempo por decisão da Assembleia Geral.

c) Programa de sócio - Plano matching  
 Em 15 de outubro de 2019, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o Plano de Outorga de Ações (Programa de Matching). O plano tem por objetivo conceder aos beneficiários selecionados pelo conselho de administração a oportunidade de receber ações de Matching na medida em que, dentre outras condições estabelecidas, os referidos beneficiários tenham investido verbas autorizadas na aquisição de ações próprias sob sua conta e risco, de modo a promover: (a) o alinhamento entre os interesses dos beneficiários e os interesses dos acionistas da Companhia e sociedades sob o seu controle; e (b) o estímulo da permanência dos Beneficiários na Companhia ou nas sociedades sob o seu controle.  
 O Conselho de Administração selecionará os beneficiários que poderão participar do plano. A base será os empregados que receberem incentivo de curto prazo no ano da outorga.  
 A outorga de ações de Matching será realizada mediante a celebração de contratos de outorga entre a Companhia e os beneficiários, os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração, quantidade de ações de Matching objeto da outorga e os termos e condições para aquisição de direitos relacionados às ações de Matching.  
 Os direitos dos beneficiários em relação às ações de Matching, especialmente o direito de receber efetivamente a propriedade de tais ações, somente serão plenamente adquiridos se os beneficiários (i) permanecerem continuamente vinculados como administradores, diretores, empregados da Companhia ou de sociedade sob o seu controle, conforme o caso, durante o período de carência e, cumulativamente, (ii) o preço de cotação da ação preferencial de emissão da Companhia na data de término do período de carência deverá representar uma valorização em relação ao preço equivalente à média de cotação da ação preferencial (ALPA) nos 30 (trinta) pregões imediatamente anteriores à data de outorga, em montante superior à variação do IPCA/IBGE no período de carência em questão, acrescido de 3% (três por cento) ao ano, sujeito a ajustes decorrentes de desdobramento de ações, grupamento de ações e/ou outros eventos que possam afetar a comparação entre os preços acima, conforme calculado e definido pelo conselho de administração.  
 O plano entrou em vigor na data de sua aprovação e permanecerá vigente por um prazo indeterminado, podendo, no entanto, ser extinto a qualquer tempo por decisão da Assembleia Geral.  
 d) Impacto contábil  
 Os saldos da provisão registrada no passivo e o valor registrado no patrimônio líquido estão demonstrados a seguir:

ALPARGATAS S.A. - Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 61.079.117/0001-05 - NIRE 35 3000 25 270

O Conselho de Administração selecionará os beneficiários que poderão participar do plano. A base será os empregados que receberem incentivo de curto prazo no ano da outorga.  
 A outorga de ações de Matching será realizada mediante a celebração de contratos de outorga entre a Companhia e os beneficiários, os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração, quantidade de ações de Matching objeto da outorga e os termos e condições para aquisição de direitos relacionados às ações de Matching.  
 Os direitos dos beneficiários em relação às ações de Matching, especialmente o direito de receber efetivamente a propriedade de tais ações, somente serão plenamente adquiridos se os beneficiários (i) permanecerem continuamente vinculados como administradores, diretores, empregados da Companhia ou de sociedade sob o seu controle, conforme o caso, e, cumulativamente, (ii) mantiverem, sob sua plena e legítima titularidade e propriedade, as ações próprias, por todo o período compreendido desde a data de outorga até o terceiro aniversário da data de outorga, quando 100% (cem por cento) das ações de Matching serão vestidas.  
 O plano entrou em vigor na data de sua aprovação e permanecerá vigente por um prazo indeterminado, podendo, no entanto, ser extinto a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral.  
 e) Movimento contábil  
 Os saldos da provisão registrada no passivo e o valor registrado no patrimônio líquido estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante.....	2.497	4.897	3.032	5.294
Passivo não circulante.....	4.764	2.156	6.546	5.293
Patrimônio líquido.....	25.663	50.457	25.663	50.457

O impacto contábil registrado no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi uma reversão de despesa de R\$19.938 na Controladora e reversão de despesa de R\$19.685 no Consolidado (R\$16.872 de despesa no mesmo exercício de 2022 na Controladora e R\$16.719 no Consolidado).  
 No patrimônio líquido o impacto foi uma redução de R\$24.794 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (aumento de R\$17.908 no exercício de 2022).  
 e) Movimento contábil das outorgas  
 A movimentação das outorgas em ações e em phantom estão demonstradas a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	Preço médio da ação - R\$	Ações (em milhares)
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2021</b> .....	<b>34,3</b>	<b>5.452</b>
Concedidas.....	22,36	1.198
Caducadas.....	20,12	220
Exercidas.....	22,62	2
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b> .....	<b>15,08</b>	<b>6.428</b>

	Controladora e Consolidado	
	Preço médio da ação - R\$	Ações (em milhares)
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2022</b> .....	<b>15,08</b>	<b>6.428</b>
Concedidas.....	9,73	4.638
Caducadas.....	16,86	5.025
Exercidas.....	8,13	92
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b> .....	<b>10,12</b>	<b>5.949</b>

	Controladora e Consolidado	
	Preço médio da ação - R\$	Ações (em milhares)
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2021</b> .....	<b>34,3</b>	<b>712</b>
Concedidas.....	21,56	512
Caducadas.....	17,8	171
Exercidas.....	21,93	194
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b> .....	<b>15,08</b>	<b>859</b>

	Controladora e Consolidado	
	Preço médio da ação - R\$	Ações (em milhares)
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2022</b> .....	<b>15,08</b>	<b>859</b>
Concedidas.....	9,73	2.934
Caducadas.....	16,86	599
Exercidas.....	8,13	13
Vencidas.....	-	95
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b> .....	<b>10,12</b>	<b>3.182</b>

As ações em aberto no final do exercício têm os seguintes vencimentos:

	Ações	Phantom
2023.....	85	309
2024.....	369	440
2025.....	421	1.085
2026.....	1.807	572
2027.....	1.414	548
2028.....	1.853	537
<b>Total</b> .....	<b>5.949</b>	<b>3.182</b>

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
 25.1. Capital social  
 O capital integralizado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$3.967.128, representado por 683.062.222 ações escriturais sem valor nominal, sendo 339.510.689 ordinárias e 343.551.533 preferenciais.  
 O capital subscrito e integralizado apresenta a seguinte composição acionária em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

	31/12/2023		31/12/2022			
	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Ações ordinárias	Ações preferenciais		
Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	
Acionistas Controladores (Itaúsa, Cambuhy I e Cambuhy Alpa).....	296.549.009	87,35	131.181.245	38,18	427.730.254	62,62
Administradores: Conselho de Administração.....	31.562.190	9,30	27.098.032	7,89	58.660.222	8,59
Demais acionistas.....	11.399.458	3,35	177.346.634	51,62	188.746.092	27,63
Tesouraria.....	32	0,00	7.925.622	2,31	7.925.654	1,16
<b>Total</b> .....	<b>339.510.689</b>	<b>100,00</b>	<b>343.551.533</b>	<b>100,00</b>	<b>683.062.222</b>	<b>100,00</b>

25.2. Ações em tesouraria  
 Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possui 7.925.654 ações em tesouraria ao custo médio de R\$6,9884 (R\$7.180 ao custo médio de R\$6,9491 em 2022). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram transferidas 786.526 ações em tesouraria para os participantes do programa de incentivo de longo prazo (Matching) (268.014 ações em 2022).  
 25.3. Dividendos e juros sobre o capital próprio  
 Os acionistas têm assegurado, em cada exercício, dividendo não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, excluídos os incentivos fiscais, calculado nos termos da lei societária e do estatuto.  
 Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não foram declarados pela Administração, juros sobre o capital próprio e dividendos. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo a pagar é de R\$2.185 relacionado ao exercício de 2021 (R\$2.472 em 31 de dezembro de 2022).  
 25.4. Reservas de Lucros  
*Reserva para incentivos fiscais*  
 Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Companhia não destinou nenhum valor para reserva de incentivos fiscais, tendo em vista o prejuízo apurado.  
*Reserva legal*  
 A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação vigente, limitada a 20% do capital integralizado após a dedução dos incentivos fiscais.  
 25.5. Oferta restrita de ações  
 Em 22 de fevereiro de 2022 a Companhia concluiu o processo de oferta restrita de ações. Com isso o capital social da Companhia teve um aumento de R\$2.467.128, após a aprovação da Assembleia Geral Ordinária realizada em 27 de abril de 2022.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional bruta:				
Mercado interno.....	3.299.924	3.539.392	3.333.241	3.603.630
Mercado externo.....	357.505	567.530	1.086.042	1.300.270
<b>Total</b> .....				

... continuação **ALPARGATAS S.A. - Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 61.079.117/0001-05 - NIRE 35 3000 25 270**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não efetuou operações com derivativos classificados como *hedge* de fluxo de caixa.

**Outros instrumentos financeiros derivativos**  
A Companhia possui importações em dólares de produtos acabados e matérias-primas, referentes às unidades de negócio do Brasil. Além disso, a Companhia também compra parte de suas matérias-primas nacionais a um valor cujo preço sofre impacto indireto da variação da taxa cambial. Por outro lado, a Companhia possui também exportações de sandálias que são vendidas em dólares. O volume de exportações e recebimentos em moeda estrangeira é superior ao volume de importações e pagamentos em moeda estrangeira, o que faz com que a exposição cambial seja neutra, ou seja, possui risco neutro de perda se houver alta na taxa de câmbio. Com o objetivo de mitigar descasamentos temporais relativos à exposição cambial e proteger o seu fluxo de caixa, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a Política de Gestão de Risco Cambial. Essa política estabelece diretrizes para operações de proteção do fluxo de caixa por meio da utilização de instrumentos financeiros derivativos.

As operações com derivativos visam proteger o fluxo de caixa futuro da Companhia por meio da redução da exposição cambial para um horizonte de três meses futuros. A exposição cambial futura é baseada nas projeções de pagamentos e recebimentos em moeda estrangeira. Essas operações não foram eleitas para aplicação do *hedge accounting* conforme CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros e, por isso, os ganhos e perdas decorrentes das variações no valor justo dessas operações são registrados no resultado do exercício.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não contratou instrumentos de *hedge* para proteção de seu caixa. Adicionalmente, em 2022 a Companhia contratou operações com derivativos para proteção do contas a pagar pela aquisição da Rothly's, que estava atrelado ao dólar. Essas operações foram liquidadas durante o exercício de 2022.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não efetuou operações com derivativos, por isso não apresentou ganhos ou perdas em seu resultado (R\$192.996 de despesa no mesmo exercício de 2022), conforme demonstrado na nota explicativa 29.

**31.4. Maturidade de passivos financeiros**  
O valor contábil consolidado dos passivos financeiros é mensurado pelo método do custo amortizado, e seus correspondentes valores futuros estimados são demonstrados a seguir:

	31/12/2023			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre três e cinco anos	Mais de cinco anos
<b>Passivos financeiros:</b>				
Empréstimos e financiamentos .....	298.031	373.743	1.152.532	252.886
Fornecedores .....	395.067	-	-	395.067
Risco sacado .....	159.889	-	-	159.889
Incentivo de longo prazo.....	2.836	4.167	1.891	684
Passivos de arrendamento.....	34.646	53.370	41.872	55.097
Contas a pagar pela aquisição de controlada.....	-	-	78.879	-
<b>Total</b> .....	<b>890.469</b>	<b>431.280</b>	<b>1.275.174</b>	<b>308.667</b>

	31/12/2022			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre três e cinco anos	Mais de cinco anos
<b>Passivos financeiros:</b>				
Empréstimos e financiamentos .....	490.534	170.923	1.079.351	508.507
Fornecedores .....	699.924	-	-	699.924
Risco sacado .....	217.344	-	-	217.344
Incentivo de longo prazo.....	5.284	5.181	112	10.577
Passivos de arrendamento.....	30.247	29.814	56.240	35.426
Contas a pagar pela aquisição de controlada.....	-	-	77.111	-
<b>Total</b> .....	<b>1.383.333</b>	<b>205.918</b>	<b>1.212.814</b>	<b>543.933</b>

**31.5. Gestão de capital**  
Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

	31/12/2023		31/12/2022	
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras.....	934.423	662.966	(1.485.605)	(1.275.251)
(-) Empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo .....	(551.182)	(612.285)	3.727.467	5.759.758
<b>Posição financeira líquida</b> .....				
Patrimônio líquido .....	3.727.467	5.759.758	-	-

**Exposição cambial**  
A Companhia está exposta à variação do dólar norte-americano. Para as controladas no exterior, não há risco de exposição de moeda visto que os ativos e passivos monetários estão mantidos nas moedas funcionais de cada localidade.

	31/12/2023		31/12/2022	
Ativo:				
Receíveis de exportação.....	9.589	14.707	250.529	278.798
Contas a receber de clientes.....	250.529	278.798	260.118	293.505
<b>Total do ativo</b> .....	<b>260.118</b>	<b>293.505</b>		
Passivo:				
Fornecedores .....	(10.191)	(124.286)	(9.229)	(10.268)
"Royalties" a pagar .....	(9.229)	(10.268)	(19.420)	(134.554)
<b>Total do passivo</b> .....	<b>(19.420)</b>	<b>(134.554)</b>	<b>240.698</b>	<b>158.951</b>

**Exposição cambial**  
A Companhia está exposta à variação do dólar norte-americano. Para as controladas no exterior, não há risco de exposição de moeda visto que os ativos e passivos monetários estão mantidos nas moedas funcionais de cada localidade.

**31.6. Valores de mercado**  
Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, os valores de mercado das aplicações financeiras pós-fixadas aproximam-se dos valores registrados nas demonstrações financeiras pelo fato de estarem atreladas à variação do CDI. A Companhia efetua ajuste ao valor de mercado para suas aplicações pré-fixadas registradas no balanço. Os empréstimos e financiamentos são mantidos atualizados monetariamente com base em taxas de juros contratadas de acordo com as condições usuais de mercado e, portanto, os saldos a pagar nas datas dos balanços aproximam-se substancialmente dos valores de mercado, mesmo aqueles classificados como "não circulantes", considerando-se a modalidade dos correspondentes financiamentos. O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de mercado de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia e suas controladas usam diversos métodos e definem premissas que são baseadas nas condições de mercado existentes na data do balanço. O valor justo de contratos de câmbio a termo é determinado com base em taxas de câmbio a termo, cotadas na data do balanço.

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Alfredo Egydio Setubal	Marcelo Pereira Lopes de Medeiros	Rodolfo Villela Marino	Silvio Tini de Araújo	Luiz Fernando Ziegler de Saint Edmond	Stacey Brown	João Moreira Salles
------------------------	-----------------------------------	------------------------	-----------------------	---------------------------------------	--------------	---------------------

**DIRETORIA**

Liel Miranda	André Natal	José Roberto Daniello	Adalberto Fernandes Granjo	Gabriel Avera	Adriano Negrão	Maria Fernanda Albuquerque	Jorge Luiz Viegas Ramalho	Diane Bekhor
--------------	-------------	-----------------------	----------------------------	---------------	----------------	----------------------------	---------------------------	--------------

Sueli do Nascimento Ferreira - CRCSP - 1SP163573/O-6

**DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

De acordo com o artigo 25, parágrafo 1º, inciso VI da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 da Alpargatas S.A.

Liel Miranda	Adalberto Fernandes Granjo
Diretor-presidente	José Roberto Martinez Daniello
	André Natal

São Paulo, 07 de fevereiro de 2024.

**PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA**

O Diretor de Finanças e Relação com Investidores apresentou os principais indicadores financeiros para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Os auditores independentes apresentaram o relatório dos auditores independentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Depois dos esclarecimentos e de análises e debates os aspectos relevantes das referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, juntamente com os auditores independentes, os integrantes do Comitê de Auditoria emitiram o seguinte parecer: "Concluída a revisão das Demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e constatada a exatidão de todos os elementos apreciados, considerando o relatório sem ressalva da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, os membros efetivos do Comitê de Auditoria da Alpargatas S/A, são da opinião de que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela sociedade no período e reúnem condições de serem submetidos à apreciação do Conselho de Administração".

Ricardo Baldin	Carlos A. Reis de Athayde Fernandes	Rodolfo Villela Marino	Estela Maris Vieira de Souza
Coordenador do comitê	Membro do Comitê	Membro do Comitê	Membro do Comitê

São Paulo, 07 de fevereiro de 2024.

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Aos Administradores e Acionistas  
Alpargatas S.A.

**Opinião**  
Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Alpargatas S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Alpargatas S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

**Base para opinião**  
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais Assuntos de Auditoria**  
Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

<b>Porque é um PAA</b>	<b>Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria</b>
<b>Reconhecimento da receita (Notas 2.2(f) e 2g)</b>	

As receitas da Companhia e das suas controladas são provenientes da venda de artigos esportivos, roupas e calçados, por meio de múltiplos canais de venda, sobre os processos e controles do ciclo da receita, incluindo os controles referentes ao processo de reconhecimento da receita no correto período de entrega por valor individual, e pode haver, exceto para as vendas efetuadas nas lojas físicas, um intervalo de tempo entre o momento da emissão das notas documentação comprobatória que suporta os registros contábeis, bem como os comprovantes de entrega de maneira a observar que somente as vendas não entregues foram consideradas pela Companhia em seu ajuste de correto período de entrega de vendas, para identificar as vendas faturadas e não entregues no final do exercício. Tendo em vista o volume de transações de mercadorias faturadas e não entregues no final do exercício, consideramos este assunto como significativo para nossa auditoria.

**Recuperabilidade dos ágios provenientes de combinação de negócios (Notas 12.1 e 14)**

A Companhia, em 31 de dezembro de 2023, apresenta em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas saldos significativos registrados no ativo intangível relacionados a ágios decorrentes de combinações de negócios, fundamentados em expectativa de rentabilidade futura. O valor recuperável das unidades geradoras de caixa ("UGCs") são os ágios estão alocados, são testadas anualmente pela administração. A administração determinou o valor recuperável das referidas UGCs pela abordagem do valor em uso, calculado com base na metodologia do fluxo de caixa descontado. As projeções de caixa incluem dados e premissas que envolvem julgamentos significativos por parte da administração, tais como taxa de desconto, taxa de crescimento na perpetuidade e taxa de crescimento estimado para resultado operacional.

Em 31 de dezembro de 2023, a Administração da Companhia, revisou as projeções de fluxo de caixa, bem como suas estratégias e premissas de crescimento das UGCs Rothly's e Isays e constituiu provisão para perda no valor recuperável no montante de R\$ 1.564.673 mil, conforme descrito na Nota 12.3. Este assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria tendo em vista a relevância do saldo dos ágios, bem como o fato de que variações nas principais premissas utilizadas podem impactar significativamente os fluxos de caixa projetados e o valor recuperável desses ativos, com o consequente impacto nas demonstrações financeiras.

Estima-se que os saldos das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores, registrados pelos valores contábeis, estejam próximos de seus valores justos de mercado, dado o curto prazo das operações realizadas.

A Companhia e suas controladas aplicam as regras de hierarquização para avaliação dos valores justos de seus instrumentos financeiros, o que requer a divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (como preços), ou indiretamente (derivados dos preços) (Nível 2).
- Isenções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (isenções não observáveis) (Nível 3).

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros, conforme as regras do Nível 2 incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- O valor justo de "swaps" de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado, bem como das opções.
- O valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço com o valor resultante descontado ao valor presente.
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

A Companhia não possui instrumentos financeiros classificados como nível 1 e 3.

**Classificação contábil e valores justos**

Em 31 de dezembro de 2023	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
<b>Ativos financeiros:</b>			
Caixa e equivalentes de caixa .....	784.033	138.492	922.525
Aplicações financeiras .....	11.898	-	11.898
Depósito Judicial .....	-	31.336	31.336
Contas a receber pela venda de controlada....	-	48.527	48.527
Contas a receber de clientes.....	-	883.735	883.735
Outras contas a receber.....	-	59.992	59.992
	<b>795.931</b>	<b>1.162.082</b>	<b>1.958.013</b>

Em 31 de dezembro de 2023	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
<b>Passivos financeiros:</b>			
Fornecedores .....	-	395.067	395.067
Risco sacado .....	-	159.889	159.889
Empréstimos e financiamentos .....	150.178	1.335.427	1.485.605
Passivo de arrendamento.....	-	184.985	184.985
Plano de incentivo de longo prazo.....	-	9.578	9.578
Contas a pagar pela aquisição de empresas..	39.508	39.371	78.879
	<b>189.686</b>	<b>2.124.317</b>	<b>2.314.003</b>

Em 31 de dezembro de 2022	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
<b>Ativos financeiros:</b>			
Caixa e equivalentes de caixa .....	588.563	58.954	647.517
Aplicações financeiras .....	15.449	-	15.449
Depósito Judicial .....	-	31.556	31.556
Contas a receber pela venda de controlada....	-	349.323	349.323
Contas a receber de clientes.....	-	1.111.737	1.111.737
Outras contas a receber.....	-	102.789	102.789
	<b>604.012</b>	<b>1.654.359</b>	<b>2.258.371</b>

Em 31 de dezembro de 2022	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
<b>Passivos financeiros:</b>			
Fornecedores .....	-	699.924	699.924
Risco sacado .....	-	217.344	217.344
Empréstimos e financiamentos .....	155.346	1.119.905	1.275.251
Passivo de arrendamento.....	-	151.727	151.727
Plano de incentivo de longo prazo.....	-	10.577	10.577
Contas a pagar pela aquisição de empresas..	34.950	42.161	77.111
	<b>190.296</b>	<b>2.241.631</b>	<b>2.431.924</b>

**31.7. Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros**

**Risco cambial**  
Para a análise de sensibilidade da exposição cambial consolidada em 31 de dezembro de 2023, cujos efeitos refletem somente os impactos sobre os ativos e passivos monetários, foram desconsiderados os saldos de contas a receber de clientes e dos empréstimos e financiamentos mantidos pelas controladas no exterior, os quais são denominados nas moedas funcionais locais de cada uma dessas controladas e, por este motivo, a Administração da Companhia entende que não existe risco de exposição de moeda para essas controladas. A Companhia considera como cenário uma valorização do dólar em 5,3% sobre o real considerando uma taxa de câmbio futura de R\$5,10.

**Risco de taxa de juros**  
Em 31 de dezembro de 2023, 100% das aplicações da controladora estavam indexadas ao CDI. Os empréstimos eram compostos de 99,95% do saldo atrelado à curva de juros variáveis e 0,05% do saldo atrelado à taxa fixa.

A análise considera os ativos e passivos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2023 indexados às taxas pós-fixadas e projeta as receitas e despesas financeiras calculadas sobre esse saldo, utilizando a curva futura de juros em 31 de dezembro de 2023 nos vencimentos dessas operações. Com isso é verificado uma redução de 0,20 da taxa CDI de janeiro a março de 2024.

**Sensibilidade de taxa de Câmbio e Juros**

Risco	Instrumento / Operação	Descrição do risco	Impacto
Cambial .....	Receíveis de exportação	Aumento do dólar	512
	Contas a receber de clientes		13.387
	Fornecedores		(545)
	Royalties		(493)
	<b>Efeito cambial</b>		<b>12.861</b>
Taxa de juros .....	Receita de aplicações financeiras	Redução do CDI	20.789
	Despesa de juros sobre empréstimos		(39.348)
	<b>Efeito dos juros</b>		<b>(18.559)</b>
	<b>Efeito total</b>		<b>(5.698)</b>

**DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE**

De acordo com o artigo 25, parágrafo 1º, inciso V da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as opiniões expressas no relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 da Alpargatas S.A.

Liel Miranda	Adalberto Fernandes Granjo
Diretor-presidente	José Roberto Martinez Daniello
	André Natal

São Paulo, 07 de fevereiro de 2024.

**Outros assuntos**

**Demonstrações do Valor Adicionado**  
As demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e em conformidade com os procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**  
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**  
As demonstrações das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**  
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data do nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.